



REPRESENTAÇÃO DAS/OS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA SOBRE POLÍTICA

Thereza Cristina Leandro da Silva Queiroz Santos ¹

RESUMO

Diante de um cenário de retrocessos no campo político brasileiro, que tem efeitos diretos nos setores educacionais, é urgente questionar como os/as docentes em formação entendem essas questões. Para isso, buscou-se analisar como pedagogas/os em formação, de uma Instituição de Ensino Superior da cidade de Santa Cruz do Capibaribe- PE, representam a política, compreendendo como tem ocorrido seu processo formativo e como relacionam o fazer profissional à política. Para isso, realizou-se uma pesquisa descritiva de natureza qualitativa com 21 discentes do referido curso. Os/as mesmos/as responderam a um formulário *online*, as respostas foram abordadas por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2016) e forneceram o seguinte panorama: Os/as futuros/as pedagogos/as veem a política como canal para melhoria da qualidade de vida, conquista de direitos e promoção do bem comum; referem que o curso auxiliou a formar uma perspectiva política mais abrangente; e acreditam que a educação é ferramenta capaz de promoção de consciência, criticidade e cidadania.

Palavras-chave: Política, Pedagogos/as em formação, Santa Cruz do Capibaribe - PE.

INTRODUÇÃO

A educação é alvo prioritário dos retrocessos no campo político brasileiro nos últimos anos. Projetos como o “Escola sem Partido” (PL 246/2019), são tradução dessa realidade. Retirado do arquivamento e repaginado, no ano de 2019, propõe um cerceamento da liberdade dos/das educadores/as, os/as acusando de doutrinação ideológica (BRASIL, 2019).

Diante desse contexto, é necessário refletir como os/as professores/as em formação tem sido preparados/as para entender e tratar situações e temáticas relacionadas à política. Uma vez que ela se faz presente no cotidiano escolar, mesmo quando a posição é de omissão e silêncio.

Assim, esta investigação buscou analisar qual a representação dos/das estudantes de pedagogia sobre política, compreendendo como relacionam o exercício do magistério à política, e se o curso oferece uma formação política para os/as mesmos/as.

¹ Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB e Mestra em Educação pela Universidade Federal da Paraíba- UFPB, therezacristinasantos@gmail.com.



Pois, as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Pedagogia, indicam que o/a egresso dessa formação deve estar apto/a para “identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras” (BRASIL, 2005, p. 9).

A partir do exposto, o local escolhido como fonte de pesquisa foi a cidade de Santa Cruz do Capibaribe, no agreste pernambucano. Esse município possui características peculiares, como a atividade econômica da confecção de roupas, desde a década de 60, denominada *sulanca*, e um índice de trabalho informal de 81,2% (SEBRAE, 2003). A particularidade se estende ao campo político, sendo a única cidade no estado a dar maioria de votos ao atual presidente, nas eleições de 2018.

A pesquisa foi realizada com 21 discentes do 8º período do curso de pedagogia de uma instituição privada, matriculados na disciplina Políticas Públicas, Estado e Educação, ministrada pela autora deste trabalho, no ano de 2020. A escolha desse público se deu porque serão esses/as educandos/as que estarão atuando na educação de crianças e jovens de Santa Cruz do Capibaribe nos próximos anos. Processo decisivo para pensar que sociedade se deseja.

Os/as pedagogos/as em formação responderam a um formulário *online* que apontou para os seguintes resultados: Acreditam na política como instrumento para melhorar a qualidade de vida, garantir direitos e promover o bem comum; relatam que o curso auxiliou a desconstruir as ideias do senso comum sobre política; e encaram a educação como caminho de conscientização crítica e cidadania.

METODOLOGIA

Para analisar qual a representação que os/as futuros/as pedagogos possuem sobre política, optou-se por uma pesquisa descritiva, que tem “[...] como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno” (GIL, 2002, p. 42).

Quanto a abordagem da pesquisa, foi de natureza qualitativa, pois esse tipo de investigação procura apreender o conjunto de representações e significações presentes nos dados (MINAYO, 2016). Não traduzindo a realidade em números, pois esses, por si só, não conseguiriam atingir os objetivos propostos.



A investigação foi realizada com 20 alunas e 1 aluno, com idades entre 21 e 46 anos, do 8º período do curso de pedagogia de uma Instituição de Ensino Superior da cidade de Santa Cruz do Capibaribe- PE. A escolha desses sujeitos se deu porque acreditase que o entendimento que possuem sobre política reflete como tem ocorrido o processo formativo das/os docentes na cidade, além de que serão eles que ocuparão as salas de aulas nos próximos anos (alguns, inclusive, já lecionam).

As/os 21 entrevistadas/os estavam cursando a disciplina Políticas Públicas, Estado e Educação no momento da pesquisa, no mês de setembro do ano de 2020. Disciplina ministrada pela autora do texto. Os/as mesmos/as se dispuseram a participar livremente da pesquisa, autorizando o uso de dados, sob as recomendações éticas de sigilo.

O instrumento utilizado foi um formulário *online*, no qual responderam as seguintes questões: O que é política para você? As vivência e leituras propostas no curso de pedagogia te fizeram ver a política de outra forma? Se sim, o que mudou? Como você relaciona a política a sua atual/futura atuação como docente?

A escolha pelo instrumento de coleta de dados não presencial ocorreu por ser a única maneira de alcançar os sujeitos investigados em meio ao processo de pandemia da Covid-19, vivenciada desde março do ano em curso, que suspendeu as aulas presenciais.

As respostas fornecidas pelos sujeitos da investigação foram divididas em temas, método utilizado na análise de conteúdo, que identifica na mensagem emitida os “núcleos de sentido”. Logo, “O tema é geralmente utilizado como unidade de registro para estudar motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças, de tendências etc” (BARDIN, 2016, p. 135).

REFERENCIAL TEÓRICO

A palavra política tem origem grega e remete a organização social das cidades, a partir dos direitos e deveres dos cidadãos e da contestação do poder das autoridades religiosas e familiares. Nas palavras de Chauí (2000, p. 31):

Os gregos inventaram a política (palavra que vem de polis, que, em grego, significa cidade organizada por leis e instituições) porque instituíram práticas pelas quais as decisões eram tomadas a partir de discussões e debates públicos e eram adotadas ou revogadas por voto em assembleias públicas; porque estabeleceram instituições públicas (tribunais, assembleias, separação entre autoridade do chefe da família e autoridade pública, entre autoridade político-militar e autoridade religiosa) e sobretudo porque criaram a ideia da lei e da



justiça como expressões da vontade coletiva pública e não como imposição da vontade de um só ou de um grupo, em nome de divindades.

Desse modo, a política remete a ideia de coletividade, de bem comum. Mesmo que não se perceba, a política rege todos os processos da vida dos indivíduos. Sendo assim, “A política, também, por ser vista como um conjunto de interações que visam atingir determinado objetivo, e neste sentido está em toda parte [...]” (DIAS; MATOS, 2012, p. 3).

Se em todos os lugares há política, aqui cabe refletir a sua vinculação com os processos educativos. A educação, além de ser uma política pública assegurada em lei a todas/as os/as cidadãos/as (BRASIL, 1988), é um importante mecanismo de formação das consciências na sociedade.

Paulo Freire reitera na sua obra a importância da relação supracitada, quando defende que “[...] a educação é um ato político. Não há prática educativa indiferente a valores. Ela não pode ser indiferente a um certo projeto, desejo ou sonho de sociedade” (FREIRE, 1991, p. 20).

Nessa perspectiva, por mais que os/as agentes envolvidos/as no processo de ensino (vertente formal da educação), não façam uma escolha consciente, elaboram e executam projetos de sociedade. Por isso, é tão importante que os/as educadores/as entendam amplamente sobre política e quais os efeitos dela nas suas práticas. Logo:

A compreensão dos limites da prática educativa demanda indiscutivelmente a clareza política dos educadores com relação a seu projeto. Demanda que o educador assuma a politicidade de sua prática. Não basta dizer que a educação é um ato político assim como não basta dizer que o ato político é também educativo. É preciso assumir realmente a politicidade da educação (FREIRE, 2001, p. 25).

Assumir a politicidade da educação é compreender que professores/as tem uma importante ferramenta de reflexão ao seu dispor. Que se tiverem consciência do seu papel, poderão provocar os indivíduos a olhar o seu entorno através de uma ótica mais crítica e realista.

Por isso, a formação docente deve ser capaz de provocar/levar os/as envolvidos/as no processo educativo a compreensão de que seu fazer tem um importante papel na elaboração de uma educação transformadora. Pois,

[...] uma educação crítica, radical, não pode jamais prescindir da percepção lúcida da mudança que inclusive revela a presença interveniente do ser humano no mundo. Faz parte também desta percepção lúcida da mudança a natureza



política e ideológica de nossa posição em face dela independentemente de se estamos conscientes disto ou não (FREIRE, 2016, p. 34).

Diante das provocações teóricas freireanas, brevemente tratadas acima, é possível afirmar que a política está presente no ato docente e no cotidiano escolar. Assim, cabe dar voz aos/as pedagogos/as para refletir como tem ocorrido sua formação, o que compreendem por política e como a relacionam com seu fazer profissional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sobre as representações dos/das estudantes do curso de licenciatura em pedagogia, identificou-se três temáticas: A política é vista como via de acesso para melhoria da qualidade de vida e do acesso a direitos, visando o bem comum; O curso de pedagogia ampliou o olhar dos/as discentes; A educação é entendida como meio para promover conscientização, criticidade e cidadania.

No que concerne a primeira temática, 16 das/os 21 pesquisadas/os entendem e acreditam que a política pode melhorar a de vida das pessoas, conceder o acesso a direitos e ser uma arte de pensar o coletivo, o bem de todos/as. As falas abaixo ilustram essa perspectiva:

Política é um direito que todo cidadão exerce sobre os assuntos de âmbito público. As suas atitudes fazem com que exista uma boa convivência em sociedade buscando um bem comum. É um estado democrático que objetiva uma melhor convivência entre todos (E10)².

Acredito que a política é significativa desde que seja para garantir direitos e deveres iguais para a população, luta por melhorias, ou seja, a política está presente no nosso cotidiano, é garantir saúde, educação, qualidade de vida para as pessoas e etc (E13).

Apenas 3 estudantes apresentaram em seu discurso uma descrença em relação a capacidade transformadora da política:

[...] me sinto desanimada quando vejo tanto roubo, milhões de verbas desviadas, quartos cheio de dinheiro, bens apreendidos e leiloados, e a população não vê onde tudo isso foi parar (E8).

[...] política para mim virou um jogo de interesse, onde os políticos fazem de tudo para chegar ao poder para assim defender os seus interesses, mas não os nossos interesses (E9).

² Por questões de sigilo, aos sujeitos pesquisados foram atribuídos os nomes E1, E2, E3, e assim consecutivamente



Política pra mim, é tudo que deveria ser feito pela população, mas infelizmente sabemos que não é assim que funciona, pois aqui na cidade que moro, existe muito a questão do partidarismo, onde existe a paixão política e não a razão (E15).

E outros/as 3 discentes entendem a política como uma prática de responsabilidade dos governantes, que não depende da sua implicação pessoal, como é mencionado por E2: “Política, algo que tem a ver com a organização, direção e administração de nações ou Estados” e E3: “É uma forma de governo, organização, administração”.

A pouca implicação de compreender que a política se faz a partir de cada cidadão/a corrobora com dados de uma pesquisa recente, realizada com 26 estudantes de Pedagogia de uma Universidade de São Paulo. Tal investigação aponta que:

Quando o assunto é formação política, os futuros pedagogos acreditam ser um tópico indispensável, porém, quando se trata de buscar esse tipo de conhecimento e se inteirar do que está acontecendo no cenário brasileiro ou mundial afirmam que raramente buscam esse tipo de informação (BARBADO; FERNANDES, 2020, p. 6).

A cerca de segunda temática, foi possível constatar que, na percepção de todos/as os/as discentes, o curso de Pedagogia foi responsável por promover um olhar mais apurado sobre política, desconstruindo as ideias oriundas do senso comum. É possível perceber nos recortes abaixo:

[...] não só eu como muitos viam a política como algo para ficar falando apenas dos governos e dos desgovernos também, e com as aulas e abordagem falando sobre, percebi que não só devo conhecer, mas também aprender e me tornar um ser político (E5).

As leituras e as aulas romperam com os paradigmas de política entrelaçados nas nossas cabeças, pois estamos localizados em uma região na qual as pessoas veem a política como forma de politicagem, e não as ações, as propostas, as fiscalizações que devemos saber enquanto cidadãos para melhor compreender o que de fato a política proporciona para a sociedade (E10)

[...] antes eu via a política como uma questão de paixão, ou seja, era fiel aquele partido independente de quem fosse o político (E15)

[...] eu era fanática, pois cresci vendo pessoas se venderem e viver de fanatismo político. Hoje eu vejo a política de maneira diferente sem lados partidários e sem fanatismos (E20)

Os fragmentos ilustram como a cultura local apresenta uma visão distorcida do sentido original da política. Em Santa Cruz do Capibaribe, durante o período eleitoral, presenciavam-se grandes festejos nos comícios e poucas situações em que os planos de governo são debatidos e apresentados.



Essa visão apaixonada e pouco racional da arena política possivelmente é fruto de um desdobramento do capitalismo na cidade mencionada. As vivências e lucros que ocorrem a partir da economia da *sulanca*, com altos índices de informalidade e horas extensas de trabalho, podem levar a uma alienação dos sujeitos pertencentes a essa cultura.

Isso corrobora com uma pesquisa realizada com 51 pedagogos/as em formação no Paraná, que indica que a maioria não participa ativamente da política. E que isso pode ser fruto do individualismo e do arranjo capitalista. Pois:

[...] na sociedade capitalista, o campo da política tem sido utilizado como ferramenta ideológica para defender os interesses do capital, deixando de lado os interesses humanos, coletivos. Esse fato pode explicar a descrença dos sujeitos e fomentar a não participação deles em ações de cunho político, contribuindo para que essa forma de agir se torne cada vez mais comum nos indivíduos (DARCOLETO; KRELING, 2018, p. 632)

E o último aspecto a ser tratado nesta análise indica que 14 dos/as 21 investigados/as acredita que a educação é um meio para promover a conscientização, a criticidade e a cidadania. Isso pode ser visto nos excertos:

[...] através da minha atuação como docente que posso buscar transformar a visão política dos alunos (E6).

A educação torna indivíduos mais conscientes e aptos para uma prática política mais coerente e que de fato busque o bem comum (E11).

[...] é necessário formar cidadãos para lutar por uma sociedade digna e igualitária, pois todos temos direitos iguais, precisamos de uma sociedade ativa, competente, construtiva e transformadora (E13).

Apenas 2 pessoas indicam a ideia de neutralidade na prática educativa, uma delas diz “[...] procuro sempre atuar de forma neutra e buscando o bem para todos” (E1). A própria afirmação já é contraditória, pois pensar no coletivo já é um posicionamento. O outro sujeito afirma “[...] ainda não obtive essa primeira experiência de estar à frente de uma turma, para transmitir tal conhecimento, fico de maneira neutra, até que eu possa estar bem preparado, para abordar determinado assunto”. Porém, não exemplifica como seria essa forma neutra de estar em sala de aula.

Ainda sobre a prática educacional, 4 dos sujeitos deram respostas vagas, das quais não se conseguiu extrair nenhuma mensagem, e um deles mencionou não conseguir pensar na política em seu fazer sem associa-la a partido político. Em suas palavras: “[...] devemos tentar ajudar os alunos a serem críticos, conhecerem seus



direitos e deveres [...] mas não entendo como levar isto para sala de aula sem expressar uma opinião por determinado partido” (E8).

Não é que o/a professor/a deva dizer ao/educando/a em quem votar, mas uma formação crítica certamente levará a analisar quem está a favor dos interesses coletivos e quem defende a classe privilegiada. É preciso pensar que “O partido é apenas o veículo através do qual seus militantes procuram viabilizar os sonhos e ideais” (FREIRE, 1991, p. 20).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os lucros e contornos que ganham o capitalismo em Santa Cruz do Capibaribe afastam a cultura da promoção do bem comum. No entanto, o que foi relatado por grande parte dos sujeitos pesquisados se apresenta como uma esperança para pensar uma sociedade mais reflexiva nesse contexto.

Entende-se que o universo de 21 alunos/as não representa a totalidade dos/as profissionais que logo estarão (alguns/as já estão) atuando nos cotidianos escolares. Porém, indica como essa localidade privilegia o tratamento da política por processos não-racionais. Bem como aponta que é possível reverter essa situação, se o investimento em uma educação politizada e emancipadora for feito.

As mensagens extraídas das respostas dos/as pedagogas/as em formação indicam que a política é um modo de melhorar a qualidade de vida das pessoas, que a educação pode ser um instrumento para isso, quando provoca os indivíduos à cidadania, e que o curso oferece um aparato teórico para pensar a política de lugares não comuns naquela localidade.

Por fim, este trabalho é breve e pontual, e diante dos fenômenos recentes de conservadorismo na política, é preciso que mais estudos surjam para analisar esse fenômeno. Tomando, sobretudo, o espaço escolar como campo de pesquisa. Pois é a partir dele que muitas ideias de sociedade e cidadania são construídas.

REFERÊNCIAS

BARBADO, Michele Cristina Batista; FERNANDES, Renata Sieiro. A formação política do pedagogo e os níveis de consciência em Freire. **Educação Por Escrito**, v.



11, n. 1, p. 1-11, jan. – jun. 2020. Disponível em:
<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/view/32948>. Acesso em: 25 set. 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 set. 2020.

BRASIL (2005). **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia**. Parecer CNE/CP nº 5/2005, de 13 de dezembro de 2005. Brasília: Conselho Nacional de Educação, [2020]. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf. Acesso em: 22 set. 2020.

BRASIL (2019). **Projeto de Lei 246 de 2019**. Institui o “Programa Escola sem Partido. Brasília: Câmara dos Deputados, [2020]. Disponível em:
https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=4A760A8E18FB80FF78897FD7CE7DAE11.proposicoesWebExterno1?codteor=1707037&filenam e=PL+246/2019>. Acesso em: 03 set. 2020.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ed. Ática, 2000.

DARCOLETO, Carina Alves da Silva; KRELING, Geovani Roberto. Participação política de estudantes de Pedagogia da Universidade Estadual de Ponta Grossa. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 13, n. 2, p. 617-633, maio/ago. 2018. Disponível em:
<https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/12048/209209209959>. Acesso em 20 set. 2020.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos**. São. Paulo: Editora Atlas, 2012.

FREIRE, Paulo. "A educação é um ato político". **Cadernos de Ciência**, Brasília, n. 24, p. 20-21, jul./ago./set. 1991. Série Entrevistas. Disponível em:
<http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/handle/7891/1357>. Acesso: 04 ago. 2020.

_____. **Política e Educação: ensaios**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016, p. 9-28.



SEBRAE. Estudo econômico do arranjo produtivo local de confecções do agreste Pernambuco, 2012. Recife, Maio de 2013. Disponível em:
<https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Estudo%20Economico%20do%20APL%20de%20Confeccoes%20do%20Agreste%20-%202007%20de%20MAIO%202013%20-%20docx.pdf>. Acesso em 25 set. 2020.